



APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

AGENTE EDUCATIVO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia/GO
- ▶ Conhecimentos na Área de Atuação

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA N° 01/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.



Conteúdo
totalmente
alinhado ao edital



Teoria clara,
objetiva e sempre
atualizada



Questões
gabaritadas



Diferentes
práticas que
otimizam seus
estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Agente Educativo



SL-001OT-26
7901183010080

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados; Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	7
2. Compreensão e interpretação de textos	11
3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	15
4. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	15
5. Mecanismos de coesão e coerência	23
6. Tipos de argumento	26
7. Classificação gramatical	28
8. Gramática normativa	37
9. Processo de formação de palavras	37
10. Fenômenos gramaticais básicos	42
11. Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	43
12. Concordância	47
13. Regência verbal e nominal	50
14. Pontuação	52
15. Acentuação	55
16. Ortografia oficial	56

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico, dedução, estruturas lógicas, argumentação, análise de proposições verdadeiras e falsas e diagramas lógicos; Lógica proposicional: proposições, conectivos lógicos, tabelas-verdade, equivalências lógicas simples e negação de proposições	65
2. Sequências e padrões: sequências lógicas e numéricas, progressões aritméticas simples e identificação de padrões lógicos e numéricos	82
3. Proporcionalidade e relações entre grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta	85
4. Porcentagem: aumentos, descontos e variações percentuais	87
5. Matemática financeira básica: juros simples, cálculo de capital, taxa, tempo e montante	89
6. Análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos (barras, colunas e setores) e média aritmética simples	90

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia/GO

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos	99
2. Emergências de saúde, surtos e epidemias	102
3. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais	106
4. Arte, cultura e patrimônio na região centro-oeste brasileira	109
5. Formação histórico-territorial de Goiás e aparecida de Goiânia/GO	113

6. Política, economia e sociedade em Goiás: da colônia à república.....	116
7. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás	119
8. Aspectos físicos do território Goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo	122
9. Natureza, cultura e turismo em Goiás	125
10. Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia/GO	129

Conhecimentos na Área de Atuação

1. Ética no serviço público e sigilo das informações escolares	139
2. Princípios da Administração Pública aplicados à gestão escolar.....	140
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996: Título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional; Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar; Título V, Capítulo II, Seção II - Da Educação Infantil) ...	144
4. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) aplicado ao contexto escolar.....	146
5. Fases do desenvolvimento infantil (físico, cognitivo e psicossocial)	188
6. Rotinas na educação infantil e anos iniciais: acolhimento, alimentação, higiene pessoal, repouso e momento lúdico.....	195
7. O papel do agente educativo na promoção da autonomia e socialização dos alunos.....	199
8. Noções básicas de primeiros socorros para situações comuns (engasgos, quedas, cortes, sangramentos e convulsões); prevenção de acidentes e organização segura dos espaços de convivência escolar	201
9. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015: Livro I, Título II, Capítulo IV – Do Direito à Educação; o papel do agente educativo na inclusão de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)	223
10. Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação).....	224

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS; SEQUÊNCIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA E EXPOSITIVA

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Ex.: contos, romances, crônicas, anedotas.

► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Ex.: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Ex.: redações argumentativas, ensaios, editoriais.

► Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

Ex.: textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

► Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

Ex.: manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

► Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

- **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;
- **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);

▪ **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;

▪ **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;

▪ **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

▪ Combinação dos Tipos Textuais

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

► Notícia

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

▪ **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.

Ex.: notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

▪ Carta

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitadas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

▪ **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.

Ex.: cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

► Artigo de Opinião

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

▪ **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).

Ex.: artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.

▪ Resenha

▪ A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

▪ **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.

Ex.: resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

► Crônica

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

▪ **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.

Ex.: crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

► Relatório

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

▪ **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.

Ex.: relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO LÓGICO, DEDUÇÃO, ESTRUTURAS LÓGICAS, ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES VERDADEIRAS E FALSAS E DIAGRAMAS LÓGICOS; LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS LÓGICOS, TABELAS-VERDADE, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS SIMPLES E NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossa tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n , onde n é o número de proposições.

AMOSTRA

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	q	r	$p \vee q \rightarrow r$
-----	-----	-----	--------------------------

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

p	q	$p \rightarrow q$	$\sim p$	$\sim q$	$\sim q \rightarrow \sim p$
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de $p \rightarrow q$ é igual a $\sim q \rightarrow \sim p$ (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como a tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta $(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$. O que vamos fazer primeiro é montar a tabela-verdade para $p \wedge q$ e $p \vee q$.

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com $p \rightarrow q$:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante. Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

Geralmente, não é simples construir uma tabela-verdade, algumas relações podem facilitar as análises. Uma delas são as *Leis de De Morgan*, que negam algumas relações. São elas:

- **1ª lei de Morgan:** $\sim(p \wedge q) = (\sim p) \vee (\sim q)$
- **2ª lei de Morgan:** $\sim(p \vee q) = (\sim p) \wedge (\sim q)$

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

CONFLITOS SOCIAIS, POBREZA, FOME E DIREITOS HUMANOS

FUNDAMENTOS DOS CONFLITOS SOCIAIS E DA POBREZA

► Conflito social como categoria analítica

Um conflito social surge sempre que grupos distintos disputam acesso a recursos escassos, reconhecimento simbólico ou posições de poder dentro de uma estrutura compartilhada. Diferentemente de uma simples divergência de opinião, o conflito social pressupõe a existência de interesses materiais ou simbólicos contrapostos, sustentados por grupos organizados ou minimamente identificáveis enquanto coletividade. A disputa pela terra, a tensão entre populações urbanas e o poder público em torno de remoções, os embates por moradia digna e os confrontos entre trabalhadores informais e órgãos de fiscalização municipal são exemplos de situações em que a oposição de interesses se manifesta de forma concreta e recorrente no espaço urbano e rural brasileiro.

Tipologia dos conflitos

Os conflitos sociais podem ser classificados segundo diferentes critérios. Quanto à natureza do objeto disputado, distinguem-se conflitos distributivos, centrados na partilha de bens materiais como renda, terra ou moradia, e conflitos de reconhecimento, voltados à afirmação de identidades culturais, étnicas ou de gênero historicamente desvalorizadas. Quanto à escala, há conflitos localizados, restritos a um bairro ou comunidade específica, e conflitos estruturais, que atravessam regiões inteiras e refletem desigualdades herdadas de processos históricos de ocupação territorial. Quanto à forma de expressão, alguns conflitos permanecem latentes, sem manifestação pública organizada, enquanto outros se tornam manifestos por meio de mobilizações, ocupações ou demandas judiciais.

► Pobreza: conceitos e formas de mensuração

A pobreza não se reduz à ausência de renda monetária suficiente, embora essa dimensão continue central para boa parte das políticas públicas. A abordagem da pobreza absoluta define uma linha mínima de renda ou de consumo abaixo da qual uma pessoa é considerada incapaz de satisfazer necessidades básicas de alimentação, moradia e vestuário. Já a pobreza relativa compara a situação de um indivíduo ou família à distribuição de renda da sociedade em que vive, considerando pobre quem se encontra significativamente abaixo da média ou da mediana de bem-estar do seu entorno social. Uma terceira abordagem, consolidada nas últimas décadas, é a da pobreza multidimensional, que reconhece que privações em saúde, educação, saneamento básico e acesso a serviços públicos podem coexistir ou não com a insuficiência de renda, exigindo instrumentos de medição mais amplos do que o simples cálculo de rendimentos.

Vulnerabilidade social e exclusão

A vulnerabilidade social descreve a exposição de indivíduos e famílias a riscos que comprometem sua capacidade de sustentar condições mínimas de vida, mesmo quando não se encontram, em determinado momento, abaixo da linha de pobreza. Fatores como instabilidade no emprego, ausência de proteção previdenciária, moradia em áreas de risco geológico ou hidrológico e fragilidade de vínculos familiares e comunitários ampliam essa condição. A exclusão social, por sua vez, refere-se ao afastamento progressivo de grupos inteiros do acesso a direitos, serviços e espaços de participação política, configurando um processo cumulativo que tende a se reproduzir entre gerações quando não é interrompido por políticas públicas consistentes.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças entre as principais abordagens conceituais de pobreza, apresentando o critério central de cada uma e sua aplicação prática mais comum nas políticas de proteção social.

Abordagem	Critério central	Aplicação típica
Pobreza absoluta	Linha fixa de renda ou consumo mínimo	Definição de benefícios de transferência de renda
Pobreza relativa	Comparação com a distribuição de renda da sociedade	Estudos de desigualdade e coesão social
Pobreza multidimensional	Privações simultâneas em múltiplas dimensões de bem-estar	Formulação de políticas intersetoriais

A leitura comparativa da tabela evidencia que nenhuma das três abordagens, isoladamente, oferece um retrato completo da realidade social. A pobreza absoluta permite identificar com objetividade quem está abaixo de um patamar mínimo de sobrevivência, mas pode subestimar situações de privação relativa em contextos de alta desigualdade. A pobreza relativa, por sua vez, é sensível às variações da distribuição de renda de cada território, podendo classificar como pobre alguém que, em outro contexto, não seria considerado em situação de carência extrema. Já a abordagem multidimensional, ao incorporar indicadores de saúde, educação e infraestrutura, aproxima-se mais da experiência concreta de privação vivida pelas famílias, sendo por isso cada vez mais utilizada no desenho de políticas públicas voltadas à proteção social e ao desenvolvimento territorial.

FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

► O conceito de segurança alimentar e nutricional

A segurança alimentar e nutricional define-se como a condição em que todas as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural. Esse conceito, consolidado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da legislação orgânica de segurança alimentar, articula três dimensões indissociáveis: a disponibilidade de alimentos, relacionada à produção e ao abastecimento; o acesso, vinculado à renda e às condições econômicas das famílias; e a utilização biológica dos alimentos, associada às condições de saúde, saneamento e cuidado que permitem o aproveitamento adequado dos nutrientes ingeridos.

Níveis de insegurança alimentar

A mensuração da insegurança alimentar no Brasil é realizada por meio de uma escala que classifica os domicílios em diferentes graus de privação. A insegurança alimentar leve caracteriza-se pela preocupação com a possibilidade de falta de alimentos no futuro próximo ou por alguma restrição na qualidade da dieta, sem redução efetiva da quantidade consumida. A insegurança alimentar moderada já envolve redução quantitativa de alimentos entre os adultos do domicílio. A insegurança alimentar grave representa o estágio mais crítico, em que a fome propriamente dita se manifesta, atingindo inclusive crianças e adolescentes do núcleo familiar, com privação efetiva de alimentos por falta de recursos.

► Políticas públicas de combate à fome

O enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil estrutura-se por meio de um conjunto articulado de políticas públicas que combinam transferência de renda, apoio à produção agrícola familiar e fortalecimento de equipamentos públicos de alimentação. Programas de aquisição de alimentos junto à agricultura familiar, com destinação a redes socioassistenciais e à alimentação escolar, cumprem dupla função: garantem mercado institucional estável para pequenos produtores e asseguram o fornecimento de alimentos saudáveis a populações em situação de vulnerabilidade. A alimentação escolar, por sua vez, constitui um dos pilares mais consolidados dessa política, ao assegurar que crianças e adolescentes matriculados na rede pública tenham acesso diário a refeições balanceadas, contribuindo tanto para a segurança alimentar imediata quanto para a formação de hábitos alimentares saudáveis ao longo da vida.

Participação social e controle institucional

A política de segurança alimentar e nutricional brasileira caracteriza-se pela existência de espaços formais de participação social, nos quais representantes da sociedade civil e do poder público discutem, monitoram e propõem ajustes nas ações de combate à fome. Esses conselhos atuam em âmbito nacional, estadual e municipal, permitindo que particularidades regionais sejam incorporadas ao desenho das políticas. Em contextos municipais, a articulação entre assistência social, saúde e educação é especialmente relevante, pois a insegurança alimentar raramente se apresenta isolada de outras formas de vulnerabilidade, exigindo respostas intersetoriais que conectem diferentes políticas públicas em torno da mesma família.

Antes de avançar, cabe situar comparativamente os quatro níveis que compõem a escala de insegurança alimentar utilizada no país, destacando o critério que diferencia cada estágio e sua principal consequência para o núcleo familiar atingido.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E SIGILO DAS INFORMAÇÕES ESCOLARES

A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer¹.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de ética” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)².

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/94³, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992¹, é dividida em três seções:

“I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito”;

II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos².

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021³, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

A principal alteração trazida pela novel legislação é a extinção da modalidade culposa de improbidade. Com efeito, só poderão ser punidos por improbidade administrativa aqueles que tiverem “a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9º, 10 e 11, não bastando a voluntariedade do agente”. (Art. 1º, § 2º).

Destaque também para a atribuição de competência exclusiva do Ministério Público para propor ações, com exigência de que a inicial da ação de improbidade já contenha as provas ou indícios da prática do ato de improbidade, sob pena de litigância de má-fé (Art. 17, caput e § 6º, I e II).

Outro ponto relevante diz respeito à dosimetria das penas: a Lei nº 14.230/2021 acaba com a pena mínima de suspensão dos direitos políticos (de 8 anos), e aumenta a pena máxima, que passa a ser de 14 anos; estabelece ainda pena maior para o enriquecimento ilícito (Art. 12, I, II).

1 CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. *ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército, 2018.*

2 BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. *Noções de ética no serviço público. Editora Jus Podivm, 2014.*

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1171.htm.

1 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm.

2 Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.

Como principais alvos de críticas, pode-se registrar a introdução da prescrição intercorrente (Art. 23, § 8º), a conversão da lista dos atos de improbidade de exemplificativa em taxativa no texto da lei (Art. 11, caput) e finalmente, a limitação de prazos para ressarcimento aos cofres públicos, restrição ausente no projeto original, que previa a imprescritibilidade de ressarcimento do dano ao patrimônio público.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADOS À GESTÃO ESCOLAR

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA INCIDÊNCIA SOBRE A GESTÃO ESCOLAR

► A base constitucional dos princípios administrativos

A atuação de qualquer unidade escolar integrada à rede pública de ensino está submetida ao regime jurídico-administrativo que disciplina toda a atividade estatal, cujo núcleo encontra-se consagrado no caput do artigo 37 da Constituição Federal. Esse dispositivo estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos entes federativos obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, formando o conjunto frequentemente identificado pela sigla LIMPE. A escola pública, como órgão ou unidade executora vinculada a uma secretaria de educação, não constitui exceção a esse regime: o diretor escolar exerce função administrativa e, portanto, está adstrito aos mesmos vetores normativos que orientam qualquer outro agente público, ainda que a natureza pedagógica de sua atividade-fim introduza particularidades relevantes na forma de aplicação desses princípios ao cotidiano escolar.

Legalidade administrativa na escola pública

O princípio da legalidade impõe que o gestor escolar somente pratique atos para os quais exista autorização normativa prévia, em sentido diametralmente oposto à autonomia da vontade que rege as relações privadas. Enquanto um particular pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, o diretor de escola só pode fazer aquilo que a lei, o regimento escolar ou a norma regulamentar superior expressamente autorizam ou determinam. Essa distinção tem consequências práticas diretas: a admissão de alunos, a aplicação de medidas disciplinares, a celebração de parcerias com entidades externas e a gestão de recursos financeiros descentralizados devem sempre encontrar fundamento em norma de competência que legitime a conduta do gestor, sob pena de nulidade do ato e de eventual responsabilização pessoal.

Impessoalidade e o tratamento isonômico de estudantes e famílias

A impessoalidade desdobra-se em duas dimensões complementares aplicadas ao ambiente escolar. A primeira determina que os atos do gestor sejam imputados à instituição escolar e não à pessoa física que ocupa o cargo de direção, de modo que a mudança de titular não interrompe a continuidade dos atos regularmente praticados. A segunda dimensão exige tratamento isonômico e despersonalizado de estudantes, famílias e servidores, vedando-se favorecimentos ou perseguições fundadas em critérios subjetivos. Decisões sobre matrícula, distribuição de turmas, concessão de benefícios assistenciais internos ou aplicação de normas disciplinares devem seguir critérios objetivos e previamente publicizados, nunca preferências pessoais do gestor.

► Princípios implícitos e correlatos ao regime escolar

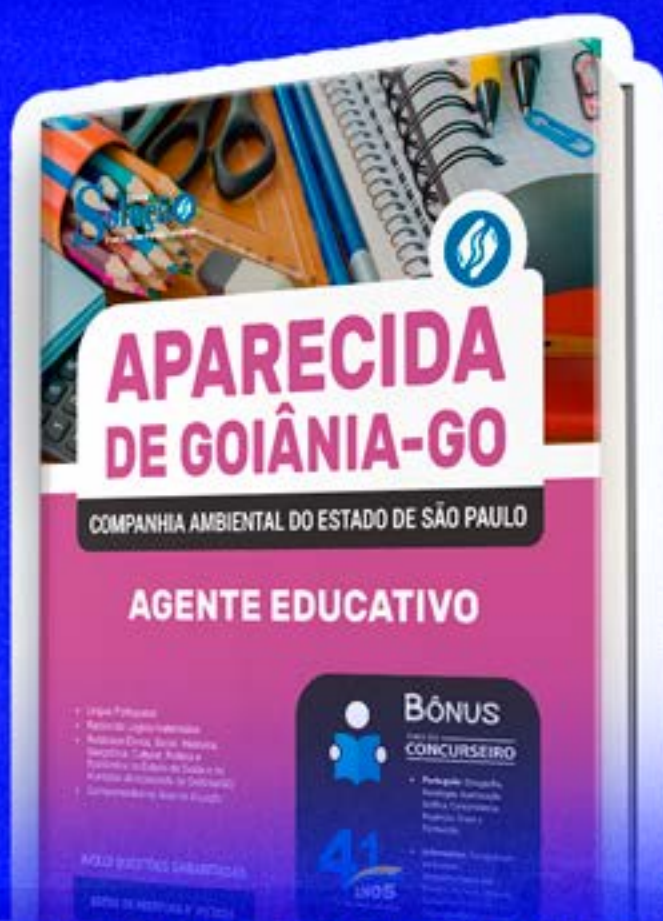
Além dos cinco princípios expressos, a doutrina do direito administrativo reconhece princípios implícitos que decorrem logicamente do sistema constitucional e que também incidem sobre a gestão de unidades escolares públicas, ainda que não estejam redigidos literalmente no texto constitucional.

Supremacia e indisponibilidade do interesse público

O princípio da supremacia do interesse público determina que, nas relações entre a escola e os particulares com os quais interage, prevaleça o interesse coletivo sobre o interesse individual, autorizando a Administração a adotar medidas unilaterais quando necessário para resguardar a continuidade do serviço educacional. Seu complemento lógico é a indisponibilidade do interesse público, segundo o qual o gestor escolar não é titular do interesse que administra, mas mero agente incumbido de geri-lo em nome da coletividade, razão pela qual não pode dispor livremente de verbas, bens ou vagas escolares como se fossem de sua propriedade.

Autotutela e hierarquia na rede de ensino

A autotutela confere à Administração o poder-dever de rever seus próprios atos, anulando aqueles eivados de ilegalidade e revogando aqueles que se tornaram inconvenientes ou inoportunos, independentemente de provocação do Poder Judiciário. No contexto escolar, isso significa que o próprio diretor, ou a secretaria de educação à qual a escola está subordinada, pode corrigir de ofício uma decisão administrativa equivocada, como uma matrícula deferida em desacordo com as normas vigentes. Essa possibilidade de autocorreção articula-se com o princípio da hierarquia, que organiza a rede de ensino em níveis escalonados de autoridade, permitindo que órgãos superiores da secretaria de educação orientem, fiscalizem e, quando necessário, reformem decisões tomadas no âmbito da unidade escolar, preservando a coerência do sistema educacional como um todo.



**GOSTOU DESSE
MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!